

Analfabetismo no Rio Grande do Sul: crianças e adolescentes, jovens e adultos¹

Alceu R. Ferraro*

Resumo

Este trabalho aborda o problema do analfabetismo no Rio Grande do Sul. Afasta primeiramente uma série de desconceitos a respeito do fenômeno. Define a seguir o analfabetismo como injustiça social e forma extrema de exclusão escolar. Finalmente avalia a situação no Rio Grande do Sul, um dos estados mais alfabetizados do país, segundo dois critérios progressivos de classificação. Os resultados do censo de 1991 mostram que, mesmo segundo o critério mais laxo de analfabetismo (incapacidade de ler e escrever um bilhete simples), a porta de acesso ao mundo das letras mantém-se fechada, no Estado, para centenas de milhares de pessoas de 8 anos ou mais, num total de 722.000 crianças e adolescentes, jovens e adultos. Se utilizado um critério mais rigoroso, como “menos de 4 anos de estudo” para as pessoas de 15 anos ou mais, o total de **jovens e adultos excluídos do patamar mínimo de saber escolar** (4 anos de estudo) eleva-se, no Estado, segundo o censo de 1991, para o número assustador de 1.592.309 pessoas analfabetas ou semi-analfabetas.

Palavras-chave: Analfabetismo, critérios de analfabetismo, exclusão escolar.

Abstract

The present paper approaches the analphabetism problem in Rio Grande Sul state, Brazil. At first it removes a series of misconceptions concerning the phenomenon. After that, defines analphabetism as social injustice and schooling exclusion at its highest configuration. Finally, this study evaluates the situation in Rio Grande do Sul, one of the most literate states in the country, through two classification progressive criteria. Results from 1991 census show that, even in conformity to the most loose analphabetism criterion (inability to read and write a

1 O presente texto, revisto para publicação em setembro-dezembro de 1997 na Universidade Católica de Pelotas, reproduz, com acréscimos e pequenas alterações, parte dos resultados da pesquisa *Reprodução do analfabetismo no Rio Grande do Sul nos anos 90*, que desenvolvi na condição de Pesquisador Visitante no Programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Pelotas, no período de março/1995 a fevereiro/1997, dentro do Convênio UFRGS/UFPEL, com apoio do CNPq. O projeto de pesquisa focalizava a alfabetização e escolarização de crianças e adolescentes até os 17 anos, limite superior de idade sob o amparo do Estatuto da Criança e do Adolescente. Para a conferência no I Seminário de Educação de Adultos, promovido pelo Departamento de Ensino da Faculdade de Educação da UFPEL, nos dias 8 e 9 de outubro de 1997, foi-me dado o tema “Analfabetismo adulto no Rio Grande do Sul”. Ora, por analfabetismo adulto costuma-se entender o analfabetismo a partir dos 15 anos de idade, o que com frequência se denomina analfabetismo de jovens e adultos. Dos 15 aos 17 anos as noções de *adolescente* e de *jovem* se sobrepõem, mas *adolescência* começa antes dos 15, assim como a *juventude* se estende para além dos 17 anos. Para todos os efeitos, digo *crianças e adolescentes* e *jovens e adultos* para significar o propósito de analisar a questão do analfabetismo de ponta a ponta, isto é, em todos os grupos de idade, da infância à velhice. E também para rejeitar a tendência de o Estado lavar as mãos em relação a *jovens e adultos*, com a justificativa de que se deve priorizar a escolarização de *crianças e adolescentes*.

* Professor Titular aposentado da UFRGS; Pesquisador I-A do CNPq; Pesquisador Visitante no Programa de Mestrado em Educação da UFPEL no período março 1995 a fevereiro 1997, com apoio do CNPq; Professor no Mestrado em Desenvolvimento Social da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Pelotas a partir de julho de 1997. Em 1992, em consequência de retificação nos registros, o sobrenome foi alterado de FERRARI para **FERRARO**. No entanto, nas referências a textos anteriores à alteração foi mantido o sobrenome FERRARI.

simple note), the access door to the world of letters has been kept closed for hundreds of thousands of people from 8 years old on, summing up 722,000 among children and adolescents, youths and adults as well. If applied a more rigid criterion, such as, less than 4 years of study for 15 year old people or more, the sum of youths and adults excluded from the minimum level of schooling instruction (4 schooling years) raises in the State, according to the census of 1991, reaching the threatening figure of 1,592,309 illiterate or semi-illiterate people.

Key-words: Analphabetism , analphabetism criteria, school exclusion.

1. Crianças e adolescentes ou jovens e adultos? O falso dilema

Em setembro de 1975, a Declaração de Persépolis começava admitindo que o número de analfabetos no mundo não cessara de aumentar e reconhecia nesse fato o fracasso das políticas de desenvolvimento indiferentes ao homem e à satisfação de suas necessidades essenciais. Quatro anos mais tarde, em 1979, a publicação dos resultados da PNAD 1977 levava confusão aos arrais do MOBREAL, ao desmentir suas estatísticas fantasiosas sobre a queda do analfabetismo no Brasil.

O Censo Demográfico de 1980 confirmou, para o país como um todo, uma taxa de analfabetismo da ordem de 25,5% entre as pessoas de 15 anos ou mais, quase duas vezes mais elevada do que a taxa de 14,2% estimada pelo MOBREAL alguns anos antes. Anos depois tive oportunidade de mostrar como as políticas do Regime militar, consubstanciadas no Plano Setorial de Educação e Cultura 1972-1974, haviam fracassado na realização de ambos os objetivos estabelecidos em relação ao analfabetismo. Não havia conseguido nem “Secar-lhe a fonte, pela universalização do ensino fundamental obrigatório e gratuito, na faixa dos 7 a 14 anos de idade”, nem “Eliminar, possivelmente, no decorrer da década de 1970, o analfabetismo de adolescentes e adultos, com esforço concentrado na faixa dos 15 aos 35 anos de idade” (Ferrari, 1987, p.81).

No ano seguinte, a Constituição de 1988, em seu Artigo 208, inciso I, estabelecia que o dever do Estado com a educação seria efetivado através de “ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria”, assegurando, portanto, o direito ao ensino fundamental gratuito a qualquer cidadão independentemente da idade. E essa mesma Constituição, no Artigo 60 das Disposições Transitórias, determinava que, no primeiros dez anos da promulgação da Constituição, o Poder Público haveria de desenvolver esforços e aplicar recursos “para eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental”.

Os recuos que se seguiram são conhecidos: o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania do Governo Collor, natimorto por absoluta falta de recursos; a nova LDB, que passou por cima do projeto de lei construído

com ampla participação da sociedade; finalmente, a Emenda Constitucional n. 14, de 12 de setembro de 1996, que, de um lado, alterou o inciso I do artigo 208 da Constituição, sepultando ou pelo menos suscitando dúvidas sobre a obrigatoriedade de o Poder Público assegurar ensino fundamental gratuito a quantos a ele não tenham tido acesso na idade própria, e de outro, suprimindo do artigo 60 das Disposições Transitórias a determinação de o Poder Público empenhar esforços e destinar recursos “para eliminar o analfabetismo” nos dez primeiros anos após a promulgação da Constituição, mantendo apenas a referência à universalização do ensino fundamental.²

O fato é que, em 1991 - portanto, três anos após a promulgação da Constituição de 1988 e um ano após a declaração de guerra do ex-presidente Collor contra o analfabetismo - o Brasil, ao mesmo tempo em que assistia a um declínio secular progressivo, mas absolutamente lento, das taxas de analfabetismo, via mais uma vez o censo demográfico acusar um significativo aumento no número absoluto de analfabetos em relação ao censo anterior. Com efeito, o número de analfabetos entre as pessoas de 15 anos e mais, que viera elevando-se sucessivamente de 11,4 milhões em 1920, para 13,3 milhões em 1940, 15,3 milhões em 1950, 16,0 milhões em 1960, 18,1 milhões em 1970 e 18,7 milhões em 1980, voltou a aumentar na última década, superando a casa de 19,2 milhões de analfabetos de 15 anos ou mais em 1991. Note-se que o levantamento censitário quase coincidia no tempo com as afirmações do Ministro Goldemberg de que o analfabetismo de adultos já não era prioridade do MEC (O Estado de São Paulo, *apud* Beisiegel, 1997, p. 29). Era muito para o Ministro ter que lidar com dois problemas ao mesmo tempo. Optou pelo objetivo de alfabetizar crianças e adolescentes, renunciando ao objetivo de ocupar-se com a alfabetização dos adultos. Para ele, “Alfabetizar o adulto não vai mudar a sua posição dentro da sociedade e pode até perturbar”. Propõe, por isso, concentrar recursos na alfabetização da população jovem, imaginando que “Fazendo isso agora, em dez anos desaparece o analfabetismo” (Jornal do Brasil, *Apud* Beisiegel, 1997, p. 30). Mal sabia o Ministro que, no mesmo mês de sua entrevista (setembro de 1991), o IBGE contava, no país, quase 5 milhões pessoas analfabetas de 60 anos ou mais, portanto nascidas todas elas pelo menos 60 anos antes do censo de 1991! O desconhecimento dos elementos mínimos da demografia é até compreensível. Mas é inexplicável o atropelo, por parte do Ministro, ao preceito da Constituição que obrigava o Estado a oferecer ensino fundamental gratuito a todos os brasileiros, inclusive àqueles que a ele não tiveram acesso na idade própria. O falso dilema posto pelo Ministro,

² Ver: BRASIL, *Constituição*, 1988; BRASIL, *Constituição..., incluindo as emendas 1 a 16*, 1997; HADDAD, in: BRZEZINSKI, 1997, p. 106-122.

de o Estado ter que optar entre a alfabetização de crianças e adolescentes e a alfabetização da população adulta, é o traço que, desde então, vem marcando a política educacional para jovens e adultos, sem nenhuma evidência de que, decorridos já 6 anos desde a fala do Ministro, estejamos próximos de ver resolvido o problema da universalização da alfabetização e escolarização das crianças e adolescentes.

Nos últimos dois anos tenho concentrado a atenção no diagnóstico da alfabetização e escolarização de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos. No que concerne ao problema do analfabetismo, focalizei particularmente o analfabetismo infantil. Fiz isto, não por concordar com a posição daqueles que, a título de priorizarem o ensino fundamental de crianças e adolescentes, minimizam e até tentam desconstituir o direito ao ensino fundamental de parte daqueles que a ele não tiveram acesso na idade própria. Convidado a falar sobre analfabetismo adulto, num primeiro momento pensei que deveria limitar-me ao tema dado. Mas, refletindo melhor, entendi que, mesmo focalizando o analfabetismo adulto - na realidade, das pessoas de 15 anos ou mais, portanto, de jovens e adultos - não poderia perder de vista a questão do analfabetismo de crianças e adolescentes.

Feitos esses esclarecimentos, passo a explicitar, mesmo que muito sinteticamente, alguns *pressupostos* de ordem teórico-metodológica, que deveriam fundamentar tanto o *diagnóstico* do analfabetismo, quanto a *formulação de políticas* de alfabetização e escolarização.

2. Alguns pressupostos teórico-metodológicos

2.1 Desconceitos

Vou iniciar esta parte discutindo alguns desconceitos. Antes de mais nada é necessário rejeitar o ponto de vista daqueles que reduzem o analfabetismo a mera carência ou ausência de alfabetização. Da mesma forma, importa rejeitar a concepção do analfabetismo como simples remanescente ou herança do passado, que o simples correr do tempo se encarregaria de remover. O analfabetismo é produzido socialmente, historicamente. Com efeito, a sua persistência nas faixas de idade mais jovens (abaixo dos 15 anos) demonstra a continuidade de sua produção nos dias atuais.

Seguindo o grande mestre Paulo Freire (1985), é necessário rejeitar também e com veemência toda uma outra série de desconceitos subjacentes às comparações do analfabetismo com erva venenosa ou erva daninha que necessite ser erradicada; com úlcera ou doença que precise ser curada; com

incapacidade ou falta de inteligência que careça de compensação; e até com preguiça que precise ser combatida.

A rejeição deve estender-se ainda à visão bastante comum do analfabetismo como vergonha nacional, o que só contribui para aprofundar nos analfabetos a humilhação e o sentimento de sua exclusão pela sociedade. Enfim, o analfabetismo não representa nenhuma ameaça contra a qual se deva mover “guerra total”, até porque os analfabetos poderiam entender que a “guerra” é contra eles!

Tais expressões trazem embutidos conceitos absolutamente inadequados, que servem mais para esconder do que para desvelar a verdadeira natureza do problema. E é sintomático que, em seu discurso de lançamento do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania, numa cerimônia pomposa, com subida da rampa do Planalto, Fernando Collor tenha conseguido reunir grande número dessas expressões e noções. A frase “...*banir* de uma vez por todas de nosso dia-a-dia a *vergonha* do analfabetismo” só pode intimidar ainda mais os analfabetos. Afirmações como: “As tarefas primordiais que temos hoje consistem precisamente na *erradicação* do analfabetismo e na universalização do ensino fundamental” e “Daremos assim um grande passo para o cumprimento da previsão constitucional de *acabar com* o analfabetismo e de universalizar o ensino fundamental até 1998” incorrem em duplo equívoco. Primeiro, porque a solução está na universalização da alfabetização e não na imaginada erradicação do analfabetismo. Segundo, porque não é um **e** mas um **através de** que estabelece a justa relação entre os dois objetivos enunciados: é através da universalização do ensino fundamental que se estende e universaliza a alfabetização. E que proposta política e pedagógica pode esperar-se de quem anuncia um “projeto de mobilização do País para a *vitória nessa guerra* que nunca fomos capazes de vencer” ou de quem prega “uma *guerra total* ao desconhecimento”?³ (Os grifos acima são meus).

Se é verdade que nenhuma conceituação, por mais correta que seja, resolve por si só o problema, também é forçoso admitir que dificilmente uma compreensão inadequada do problema, qualquer que ele seja, será capaz de inspirar políticas pertinentes. É, por exemplo, o que sustenta Amintore Fanfani a respeito da interpretação errônea do fenômeno da pobreza nos séculos XVI e XVII. Escreve ele:

“Os contemporâneos não souberam resolver o problema (da pobreza), até porque o interpretaram de maneira errada. Ninguém falou em pobres, mas todos em vagabundos, dando

³ Veja: DISCURSO do Presidente. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 12 de setembro de 1990.

como causa da miséria mais o ócio do que qualquer obstáculo de natureza social” (Fanfani, 1956, p. 520).

É por demais óbvio que os próprios termos “pobres” e “vagabundos” sugerem e até demandam por si mesmos ações bem distintas! Da mesma forma, faz muita diferença, do ponto de vista da definição de políticas, referir-se aos analfabetos como vergonha nacional, erva daninha, doentes, incapazes, etc., ou, como se verá a seguir, considerá-los como vítimas da injustiça social, como pessoas a quem foi negado um direito, como excluídos.

2.2 O analfabetismo como injustiça social e como exclusão

Mas, o que é, então, o analfabetismo e o que é ser analfabeto? Paulo Freire (1985) nos aponta um caminho para se buscar a resposta. Ele nos diz que o analfabetismo é “uma dentre as diversas expressões de uma realidade social injusta”; que não é problema estritamente lingüístico, nem exclusivamente pedagógico ou metodológico, mas “problema político, assim como o é a alfabetização mesma, através da qual tentaríamos superar o analfabetismo”; que “Ninguém é analfabeto por escolha própria”, mas sim “devido a condições objetivas” e, por fim, que “o analfabeto é aquele a quem foi negado o direito de ler”. Segundo Freire, portanto, o analfabetismo é uma forma de *injustiça social*, é a *negação de um direito*. O analfabeto, por sua vez, é a *vítima* dessa injustiça, da negação desse direito à alfabetização. O analfabetismo emerge, assim, como fenômeno eminentemente social na sua gênese e político no seu significado e alcance.

Penso que se pode buscar o aprofundamento da compreensão do analfabetismo, tanto do ponto de vista de sua determinação social, quanto de seu significado e alcance político, numa linha de pensamento que de forma nenhuma conflita com a concepção de Freire acima exposta. Entendo que tal aprofundamento passa necessariamente pela compreensão do processo social da produção, ou melhor, da reprodução do analfabetismo nos dias atuais. Mas, como se dá essa reprodução? Contrariamente àqueles que se dividem entre a ênfase nos fatores escolares e a ênfase nos fatores extra-escolares do analfabetismo⁴, entendo que a pesquisa, por maior que seja o peso das determinações extra-escolares, notadamente daquelas de natureza macro-estrutural, não pode deixar de considerar o *papel mediador da escola* na reprodução do analfabetismo. Conforme venho demonstrando em

⁴ Nos anos 70 também eu me posicionei em relação a essa dicotomia, tomando partido a favor do peso maior dos fatores não-escolares. Veja-se, por exemplo, meu artigo “Fatores escolares e não escolares do rendimento no ensino de 1º. grau” (Ferrari, 1975).

sucedidos trabalhos (Ferraro, 1985, 1987 e outros mais recentes), o analfabetismo é resultado de um processo de *exclusão*, que se manifesta de duas formas intimamente relacionadas, ambas mediadas pela escola, que podem ser definidas como *exclusão da escola* e *exclusão na escola*..

O conceito de exclusão *da* escola se aplica a todos aqueles que, independentemente de sua idade no presente, na idade própria ou não tiveram acesso ou prematuramente “abandonaram” a escola. Aplica-se também a quantos, desejando, a qualquer momento da vida, ingressar na escola ou a ela voltar, não encontrem oportunidade. Nesse enfoque, não-acesso e evasão passam a ser vistos como duas manifestações da exclusão *da* escola.

Mas há outra forma de exclusão, praticada *dentro* da escola e ocultada por termos como reprovação, repetência, fracasso escolar, baixo rendimento, etc. A esta forma denomino exclusão *na* escola. Ela pode ser medida pela defasagem na relação série/idade. O padrão esperado seria, no caso, o seguinte: 7 anos - 1ª. série de 1º. Grau, ... 17 anos - 3ª. série de 2º. grau .

Entendo que essa perspectiva de análise, que se vale da noção de exclusão, dá *unidade* tanto do ponto de vista teórico-conceitual, quanto do ponto de vista empírico, a uma série de fenômenos como não-acesso, reprovação, repetência e evasão, mostrando que, qualquer que seja o peso relativo de cada um deles, esses fenômenos são na realidade manifestações distintas e ao mesmo tempo intimamente interrelacionadas de um único processo de exclusão, determinado pela ação geralmente conjugada de uma multiplicidade de fatores, sejam eles escolares, sejam extra-escolares, mas mediados pela escola. Nessa perspectiva de análise, os conceitos de analfabetismo e de analfabeto emergem da própria compreensão do processo de sua produção. Analfabetismo e analfabetos são o produto desse processo de exclusão conduzido ou mediado pela escola, sob a dupla forma de exclusão *da* escola e de exclusão *na* escola. Analfabetismo, portanto, é exclusão, e o analfabeto é um excluído.

2.3 Escolarização e alfabetização

A solução do problema do analfabetismo está na escolarização universal, a qual passa necessariamente pela universalização da educação fundamental das crianças e adolescentes. Evidentemente, qualquer país ou região que tenha falhado na alfabetização de suas crianças, terá que desenvolver programas alternativos de alfabetização e escolarização para jovens e adultos. Trata-se de um direito. O que desejo enfatizar é que a solução radical (pela raiz!) e definitiva do problema do analfabetismo está

na universalização da educação fundamental das crianças e adolescentes. Nesse sentido, o objetivo se define não como alfabetização e escolarização, mas sim como alfabetização *através da* escolarização universal. No fundo, trata-se de atentar para o óbvio, tão bem lembrado pelo polonês Józef Pólturzycki quando diz que “Um dos meios mais simples de se garantir a alfabetização de toda a população é o de assegurar que todas as crianças e adolescentes em idade escolar passem pelo sistema educacional” e que “Foram adotadas medidas cuidadosamente estudadas, tanto no plano do ensino como no da organização, para reduzir a formação de novas coortes de analfabetos e iletrados” (Pólturzycki, 1987, p. 287). A política polonesa de assegurar não só a escolarização primária universal, mas também a continuidade dos estudos além do primário, não impediu a Polônia de ter simultaneamente um sistema de educação de adultos “fortemente desenvolvido” (Op. cit., p. 292-294).

2.4 Analfabetismo de jovens e adultos e (ou *versus*?) analfabetismo de crianças e adolescentes

Em assunto de analfabetismo, firmou-se, na esteira da UNESCO, a prática de considerar apenas o existente entre a população de 15 anos ou mais, definido como analfabetismo adulto. Na realidade, analfabetismo de jovens e adultos. Para justificar tal prática, costuma-se invocar dois argumentos: primeiro, o fato de assim se considerar somente a população definida como “adulta”, ou seja, como alvo da educação de adultos nas mais variadas formas; segundo, a necessidade de um índice que seja internacionalmente comparável. No entanto, é preciso reconhecer que a própria UNESCO, em estudo do início da década de 1950, fazia, nas poucas páginas dedicadas ao Brasil, uma observação de sumo interesse sobre o analfabetismo infantil com base nos censos brasileiros de 1920 e 1940:

É preocupante constatar que, no Brasil, a proporção de analfabetos entre as crianças em idade escolar (de 7 a 14 anos) é mais elevada do que entre os habitantes de mais de 15 anos, se bem que a taxa de diminuição do analfabetismo seja um pouco mais elevada no primeiro do que no segundo grupo (UNESCO, 1953, p. 42).

Estranhamente, em estudo sobre o analfabetismo na Argentina, Campobassi (s.d., p. 14) leva em conta apenas a população de 14 anos ou mais, invocando o estranho argumento de que “só se considerará iletrada aquela pessoa que tenha chegado à idade de 14 anos não sabendo nem ler nem escrever, pois até a referida idade a lei permite cumprir a

obrigatoriedade escolar”. No entanto, nos países latino-americanos, inclusive na Argentina, predomina a opção de se considerar, nos estudos sobre analfabetismo, toda a população a partir dos 10 anos de idade. Sempre que os dados o permitiam, também considerei 10 anos como limite inferior de idade para o estudo do analfabetismo. Não fosse isto, a diferença, por exemplo, entre Brasil, Rio Grande do Sul e Argentina em termos de índices de analfabetismo apareceria como uma mera diferença de nível (índices altos, intermediários e baixos, respectivamente), quando, na realidade, o que distingue as três situações e explica as históricas diferenças de nível, é o desigual comportamento dos índices de analfabetismo antes dos 15 anos de idade, resultante de desigual desempenho dos três sistemas de ensino fundamental, conforme já demonstrei (Ferraro, 1995b e 1996, gráfico 1) e retomarei mais adiante. A utilização *exclusiva* de índices para a população de 15 anos ou mais ajuda a esconder a raiz do problema do analfabetismo. Nesse sentido é esclarecedora a manifestação de Rosa Maria Torres em seu estudo sobre o analfabetismo na América Latina e no Caribe, onde a autora sustenta que a redução do problema do analfabetismo à população adulta (de 15 anos ou mais) “explica a dificuldade real (que se tem) para assumir o analfabetismo como uma problemática enraizada na escolaridade infantil, vinculada às deficiências de acesso e qualidade da escola primária” (Torres, 1990, p. 513). Em meu estudo *Analfabetismo no Rio Grande do Sul: sua produção e distribuição* (Ferrari, 1991, p. 17-18), na parte sobre o analfabetismo nos grupos de idade de 10 a 19 anos, observei textualmente:

Obviamente, o direito à educação deve ser assegurado a todos, independentemente de idade. Mas no plano político é necessário estabelecer prioridades em termos de objetivos a realizar. Estancar a fonte do analfabetismo deve, sem dúvida, constituir a prioridade número um. Preocupa sobremaneira a pouca atenção dada aos analfabetos na faixa de 10 a 14 anos. De um lado, como a maioria deles ou nunca entrou na escola ou já foi excluída da escola, esta não se preocupa com eles a menos que espontaneamente a procurem. De outro lado, como ainda não chegaram aos 15 anos de idade, são excluídos das formas alternativas de alfabetização ou de ensino fundamental. Sem uma ação eficaz nessa faixa de idade é impossível estancar a fonte do analfabetismo. Os analfabetos de 15 a 19 anos deveriam vir a seguir na ordem de preocupações (Ferrari, 1991, p. 17-18).

Decorridos dois anos, voltei a essa questão em estudo sobre o analfabetismo de jovens e adultos no Rio Grande do Sul (Ferraro, dez. 1993). Hoje não mais falaria em ordem de prioridade dos objetivos, porque

nos últimos anos essa maneira de falar vem sendo utilizada como argumento para justificar a desobrigação do Estado com a educação de jovens e adultos. Certamente o direito dos jovens e adultos à educação não é nem menor nem maior do que o direito das crianças e adolescentes à educação, pela simples razão de que, num caso como no outro, trata-se simplesmente de um direito. Em relação às crianças e adolescentes, trata-se da obrigação de o Estado cumprir sua obrigação de oportunizar acesso à alfabetização e ao ensino fundamental na idade própria. Em relação aos jovens e adultos, trata-se da obrigação de o Estado oferecer alfabetização e ensino fundamental a quem a ele não teve acesso na idade própria. No primeiro caso, a universalização estanca a fonte do analfabetismo. No segundo caso, representa o pagamento de uma dívida social para com jovens e adultos analfabetos ou que não concluíram o ensino fundamental, dívida esta que não prescreve em vida.

O que disse acima esclarece e justifica a ênfase dada ao analfabetismo *infantil* na pesquisa desenvolvida nos anos 1995-1997. Mas este é geralmente circunscrito ao grupo etário de 10 a 14 anos. O que distinguiu o referido projeto de pesquisa - e que já foi de alguma forma objeto de consideração em textos anteriores (Ferraro, 1995a, 1995b e 1996) - é a ênfase no analfabetismo infantil *antes dos 10 anos de idade*, por entender que isto contribui poderosamente para esclarecer o vínculo entre escola e alfabetização/analfabetismo. E assim como, ao focalizar o analfabetismo infantil, não pude deixar de tratar também do analfabetismo de jovens e adultos, da mesma forma agora, quando me é solicitado outro enfoque, não posso dissociar o analfabetismo de jovens e adultos do analfabetismo de crianças e adolescentes. Qualquer que seja o grupo etário que queiramos pesquisar, teremos que analisá-lo no contexto do analfabetismo de ponta a ponta: do infantil ao adulto, se não ao senil.

Para todos os efeitos, tomaremos como ponto de partida as crianças de 5 anos de idade, como faz o IBGE nos censos e nas PNADs ao estudar a alfabetização e a escolarização. Tal procedimento se justifica, não porque se deva esperar que as crianças se alfabetizem antes dos 7 anos, mas porque de fato, no Estado do Rio Grande do Sul, um número expressivo delas freqüentam escola de 1º grau ou se declaram alfabetizadas já aos 6 e até aos 5 anos de idade. Com efeito, já por ocasião do censo de 1980, 24,9% das crianças gaúchas de 6 anos freqüentavam 1ª. série de 1º. grau. No censo de 1991 declararam-se alfabetizadas segundo o critério censitário nada menos do que 4,8% das crianças de 5 anos e 22,0% das crianças de 6 anos de idade, seguindo-se 65,0% aos 7 anos, 85,3% aos 8 anos e 93,2% aos 9 anos.

2.5 Critérios de classificação

Tanto nos censos demográficos, quanto nas pesquisas nacionais por amostra de domicílios (PNADs), o IBGE considera alfabetizadas todas as pessoas que se tenham declarado capazes de ler e escrever pelo menos um bilhete simples, e como analfabetas, todas aquelas que se tenham declarado incapazes fazê-lo. São evidentes as limitações de tal critério de classificação. Afinal: 1) o que é um bilhete simples? 2) é suficiente saber ler e escrever um bilhete simples para ser considerado alfabetizado? 3) não se apoia o uso desse critério apenas na declaração do informante? Mesmo assim, necessitamos desse critério principalmente para análises de tendência secular do analfabetismo, pois essa é a única informação educacional levantada nos primeiros censos brasileiros (1872 a 1920). Além disso, esse critério define a forma extrema de exclusão escolar - aquela que imprime no indivíduo o *estigma do analfabetismo*. Por maiores que sejam os limites do critério, não se pode perder de vista que o sentir-se capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples, o que não raro se reduz a assinar o nome, tem um significado talvez maior do que se lhe costuma emprestar: ao mesmo tempo em que livra alguém do estigma de analfabeto, abre-lhe a porta de acesso à alfabetização propriamente dita. O problema não reside tanto no uso em si do critério acima, quanto no seu uso exclusivo e no desconhecimento de seus limites. Ademais, suas limitações podem ser superadas, pelo menos em parte, pela adoção de critérios complementares. Com base na informação "anos de estudo", disponível a partir do censo de 1940, tenho utilizado "quatro anos de estudo" como critério complementar, considerando alfabetizadas as pessoas com quatro ou mais anos de estudo, e como analfabetas ou não suficientemente alfabetizadas, aquelas que tenham menos de quatro anos de estudo.

A adoção do segundo critério eleva de forma considerável tanto o contingente quanto o índice de analfabetos. Não há nada de definitivo sobre qual deva ser o limite mínimo de escolaridade a ser utilizado como critério de alfabetização. Reafirmo a proposta de quatro anos de escolaridade. Sílvia Llomovate, em estudo sobre o analfabetismo na Argentina (1989, p. 9), tem praticamente a mesma posição. A autora sugere quatro ou cinco anos de estudos, porquanto abaixo desse limite poderia haver reincidência no analfabetismo em lapso relativamente curto de tempo. A falta de clareza sobre os critérios de classificação adotados é responsável pela confusão reinante na *mídia*, que tem feito variar o número de analfabetos no país de 18 a 60 milhões!

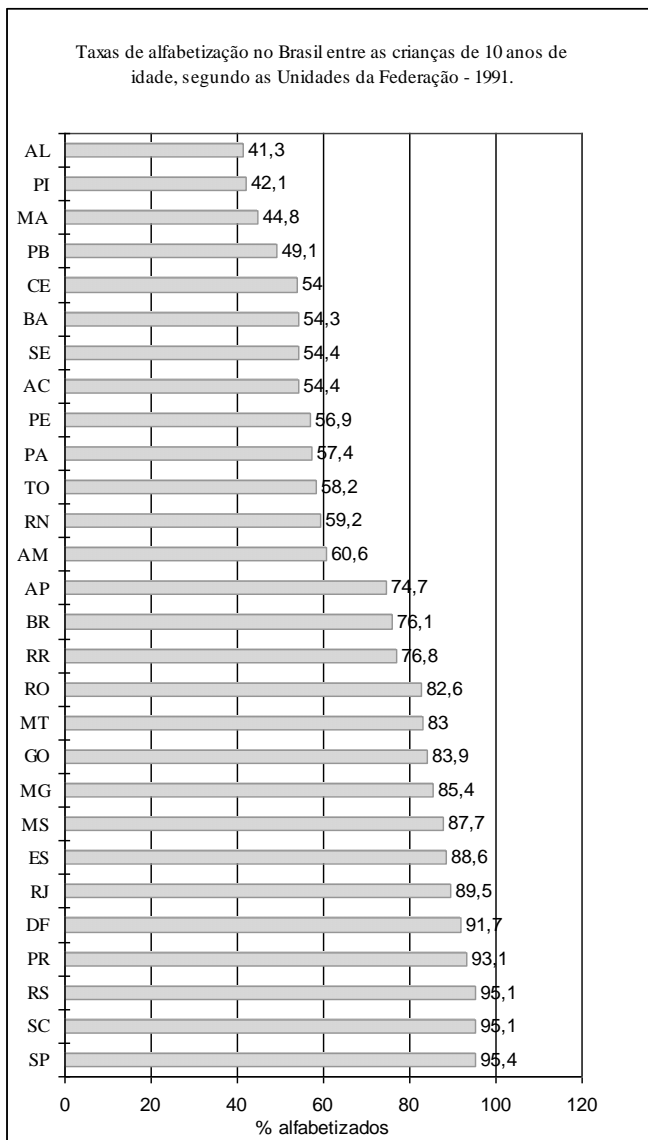
3. Analfabetismo e alfabetização segundo o critério censitário

3.1 O Rio Grande do Sul no contexto brasileiro

Nesta parte o objetivo é situar o Rio Grande do Sul no contexto nacional em termos do critério censitário de alfabetização. Em estudo anterior (Ferrari, 1985), ao comparar entre si todas as Unidades da Federação em termos de índices de analfabetismo em 1980, considerei todas as pessoas de 10 anos ou mais. O estudo revelou três aspectos importantes no que concerne às desigualdades regionais: 1) era extremamente grande a amplitude entre os índices extremos de analfabetismo, isto é, entre o índice mais baixo (DF - 11,1%) e o mais elevado (AL - 54,3%); 2) a ordenação dos índices de analfabetismo do menor ao maior não formava um contínuo, mas sim quatro grupos de Unidades nitidamente distintos, com características tipicamente regionais, dois dos quais acima e dois abaixo da índice nacional que era da ordem de 25,5%.; 3) que o Estado do Rio Grande do Sul figurava no grupo de Unidades com índices mais baixos de analfabetismo entre as pessoas de 10 anos ou mais (DF -11,1%; SC- 12,4%; RS - a 12,5%; RJ e SP - 12,9%).

Ao retomar agora a questão com base no Censo de 1991, decidi considerar somente as pessoas de *10 anos* de idade, e não toda a população de 10 anos ou mais, pois há amplo consenso de que aos 10 anos uma criança deve estar alfabetizada segundo o critério censitário. Decidi também focalizar a *alfabetização*, em vez do analfabetismo. O novo índice tem a vantagem de permitir uma avaliação do processo de escolarização e alfabetização em anos imediatamente anteriores ao censo e é mais condizente com a população considerada na pesquisa - crianças e adolescentes.

Gráfico 1



Fonte: IBGE, *Censo demográfico - 1991*

Elaboração: Alceu R. Ferraro

O exame do gráfico 1 permite algumas observações importantes. Em primeiro lugar, é assombrosa a desigualdade reinante entre as Unidades da Federação em termos de índices de alfabetização entre as crianças de 10 anos de idade. O índice mais alto (SP - 95,4%) representa 2,3 vezes o índice mais baixo (AL - 42,3%). Os quatro índices mais altos, superiores a 93%, compreendendo São Paulo e os três estados da Região Sul, contrastam com os quatro índices mais baixos, todos inferiores a 50% e situados no Nordeste. Em segundo lugar, o gráfico revela dois grandes grupos de unidades da Federação, separados um do outro por um imenso fosso: o primeiro, com os índices extremamente baixos de alfabetização, variando de 41,3 a 60,6%, é constituído por todo o Nordeste, seguido de três estados da Região Norte (PA, TO e AM); o segundo, com índices sempre superiores a 80%, variando de 82,6% a 95,4%, inclui o Estado de Rondônia, da Região Norte, seguido, em ordem crescente, pelos estados das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul. O índice nacional, da ordem de 76,1%, seguido de perto pelos índices de AP e RR, esconde o fosso de 22 pontos percentuais (de 60,6% para 82,6%) que separa os referidos dois grupos. Essa distância é maior do que a que se verifica entre os índices mínimo e máximo dentro de cada um desses dois grandes grupos.

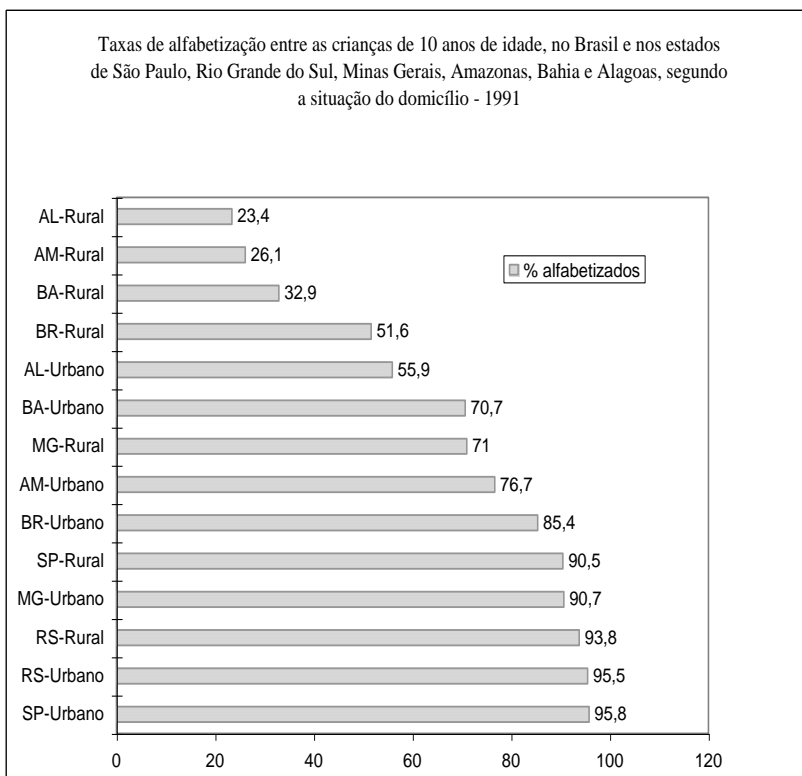
Estudar a reprodução do analfabetismo no Estado do Rio Grande do Sul, como me propus no Projeto 1995/97, significou estudar o fenômeno num Estado que, se não foi o único, certamente figura entre os poucos (RS, SC e RJ, se incluída a antiga Capital Federal) que historicamente pontearam o declínio dos índices de analfabetismo (Ferraro, 1985) e que hoje se destaca com um dos três índices mais elevados de alfabetização entre as crianças de 10 anos, como o revela o gráfico 1.

3.2 Alfabetização: cidade e campo

A alfabetização costuma ser definida como um fenômeno tipicamente urbano. Um exemplo esclarecedor pode ser buscado na *História econômica do Ocidente medieval* de Henry Pirrene (1951). Segundo o autor, o movimento de *ruralização* decorrente da desintegração do Império Romano acarretou, entre outras coisas, um aumento do analfabetismo, o que talvez se pudesse definir como processo de “desalfabetização” da população relativamente aos níveis de alfabetização anteriormente atingidos. Só mais tarde a Europa conheceu sinais de reversão do fenômeno. Marx e Engels, num de seus primeiros trabalhos - *A ideologia Alemã*, ajudam a entender a razão disso, quando dizem que “A maior divisão entre o trabalho material e o intelectual é a separação entre a cidade e o campo” (Marx & Engels, 1987, p. 77). E prosseguem: “A cidade já é o fato da concentração da população,

dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades, ao passo que o campo evidencia exatamente o fato oposto: o isolamento e a separação” (Op. cit., p. 78). Nesse sentido, a alfabetização do campo seria ao mesmo tempo conseqüência e sinal de sua transformação na direção do urbano, tanto no que se refere à produção (Marx fala em industrialização da agricultura), quanto no que se relaciona com a cultura. A consideração daquilo que Marx e Engels definem como “a separação da *cidade* e do *campo* e a oposição de seus interesses” (Op. cit., p. 29) é de fundamental importância do ponto de vista das políticas de alfabetização, até para dizer em que medida tal “separação” e “oposição” ainda persistem no caso do Rio Grande do Sul .

Gráfico 2



Fonte: IBGE, Censo demográfico - 1991.

Elaboração: Alceu R. Ferraro

Considerando o Brasil como um todo, a desigualdade entre meio urbano e meio rural em termos de alfabetização é muito acentuada, como se pode ver no gráfico 2. Com efeito, o índice de alfabetização entre as crianças de 10 anos de idade no Brasil urbano (85,4%) é 1,65 vezes mais elevado do que no Brasil rural (51,6%). Nos estados menos alfabetizados dentre os que constam no Gráfico 2, a diferença entre meio urbano e rural é ainda mais acentuada: o índice urbano de alfabetização é 2,39 vezes mais elevado do que o índice rural em Alagoas (55,9% contra 23,4%); 2,94 vezes no Amazonas (76,7% contra 26,1%) e 2,15 vezes na Bahia (70,7% contra 32,9%). No outro extremo, ao contrário, nos estados que já atingiram 95% de alfabetização entre as crianças de 10 anos de idade, a vantagem do meio urbano em relação ao rural ficou reduzida a apenas 1,06 vezes em São Paulo (95,8% contra 90,5%) e 1,02 vezes no Rio Grande do Sul (95,5% contra 93,8%). À parte o fato de diferenças historicamente menores entre urbano e rural em situações como a do Rio Grande do Sul em razão da própria colonização, é preciso ter presente que a única forma de um país ou região se aproximar da taxa de 100% de alfabetização, é reduzindo drasticamente desigualdades históricas, como as que se verificam entre meio urbano e rural. No entanto, não devemos perder de vista que tal fato, ao mesmo tempo que representa inegável avanço em termos de universalização da alfabetização no seu sentido mais elementar, de ler e escrever um bilhete simples, pode também significar um deslocamento das desigualdades para outros níveis de ensino.

3.3 Tendência secular da taxa e do contingente de analfabetos

O único índice que se pode obter para todo o período de 1872 a 1991 é o que considera a população de 5 anos ou mais, e assim mesmo através de um artifício, como já expliquei anteriormente (Ferrari, 1985). A partir do censo de 1920, pode-se calcular também o índice para a população de 15 anos ou mais, e a partir de 1940, também para a população de 10 anos ou mais.

Para o Brasil como um todo, assim como para a quase totalidade das Unidades da Federação, as taxas de analfabetismo com certeza não começaram a cair antes da década de 1890 (Ferrari, 1985, tabela 5 e gráficos 4.a - d). Porém, para o Estado do Rio Grande do Sul e para o Estado do Rio de Janeiro (incluído o antigo Distrito Federal), o declínio dos índices de analfabetismo se manifestou desde o período de 1872 a 1890 como se pode ver na tabela 1 e no gráfico 3. Em termos de tendência secular, o gráfico 3 permite comparar situações extremas com a evolução dos índices nacionais. Num extremo, a parábola que descreve a evolução

das taxas de analfabetismo no Estado do Piauí representa o caso (não único) de declínio mais tardio e mais lento do analfabetismo. No outro extremo, a reta e a parábola quase reta que descrevem a evolução respectivamente do Estado do Rio de Janeiro (incluído o antigo Distrito Federal) e do Rio Grande do Sul representam os casos em que a queda das taxas de analfabetismo não só teve início mais cedo, como também se deu mais rapidamente. A parábola que descreve a situação do país como um todo obviamente só poderia ser a expressão de uma situação “média”, por isso mesmo irreal. Basta lembrar o fosso de 22 pontos percentuais (gráfico 1) que separa as unidades da Federação em dois grupos muito distantes entre si em termos de alfabetização. E quanto ao número de analfabetos?

Tabela 1

Tendência secular das taxas de analfabetismo entre as pessoas de 5 anos ou mais, no Brasil e nos estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Piauí, nos anos censitários de 1872 a 1991 (1).

Especificação	1872(2)(3)	1890(3)	1920(3)	1940	1950	1960	1970	1980	1991
BR	82,3	82,6	71,2	61,1	57,1	46,7	38,7	31,9	25,1
PI	84,3	88,2	85,9	80,7	78,3	72,3	67,5	56,6	48,8
RJ	77,2	66,8	53,4	38,8	34,1	27,3	21,7	17,9	13,1
RS	76,8	69,7	53,8	45,3	41,2	29,8	23,2	17,2	13,4

FONTES. Relativamente aos anos de 1972, 1890 e 1920, veja MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA e o qual reproduz os dados dos recenseamentos anteriores sobre alfabetização. Para os demais anos, veja IBGE. Censo Demográfico - 1940, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991.

Notas. (1)Deixou-se de considerar o recenseamento de 1900 devido ao sub-recenseamento de extensas áreas rurais, o que resultou em subestimacão do analfabetismo. (2) Excluídas da população total 181.583 pessoas de paróquias não recenseadas, cuja população foi estimada. (3) Os números absolutos e relativos sobre o analfabetismo entre as pessoas de 5 anos ou mais para os anos de 1872, 1890 e 1920 são estimativas, porquanto os censos desses anos registram a alfabetização apenas para a população total, isto é, desde zero anos de idade.

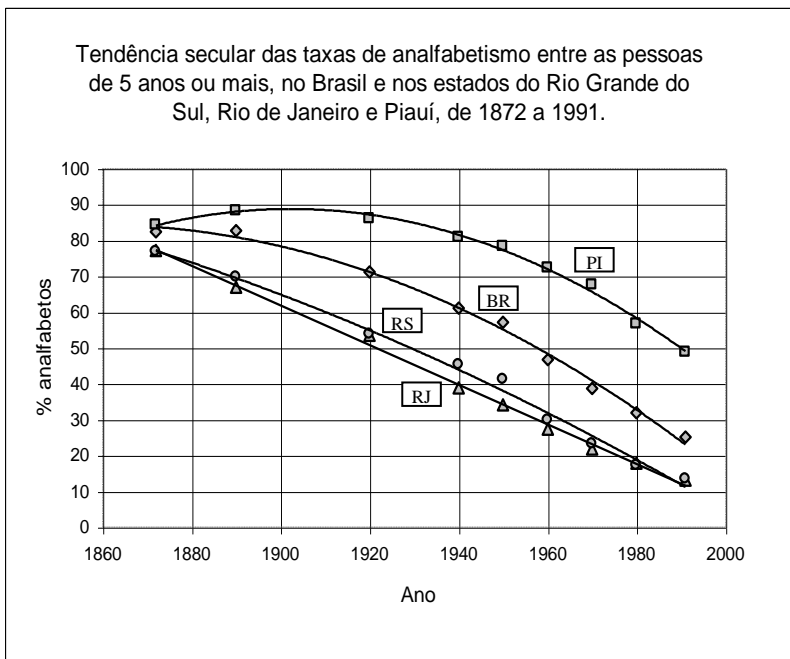
Para obter-se dados comparáveis para a população de 5 anos ou mais desde o primeiro censo, para os anos de 1872, 1890 e 1920 subtraiu-se, tanto da população total quanto do total de analfabetos, o número de pessoas de zero a 4 anos, com base na hipótese mais que razoável de que nessa faixa de idade o índice de alfabetização seria igual a zero.

Elaboração: Alceu R. Ferraro

Uma visão retrospectiva da evolução do contingente de analfabetos entre todas as pessoas de 5 anos ou mais no Estado do Rio Grande do Sul desde o primeiro recenseamento geral nos permite distinguir duas tendências opostas: uma fase crescente, em que o número de analfabetos subiu vertiginosamente, saltando de 316.326 em 1872, para 522.972 em 1890,

989.115 em 1920, 1.271.076 em 1940 e 1.438.037 em 1950, seguida de uma fase de lenta redução do total de analfabetos, até o número de 1.104.850 no último censo (1991) (Ferraro, 1995b, tabela 1). No conjunto do Brasil, o número de analfabetos, sempre para 5 anos ou mais, continuou crescendo até 1980, chegando quase a estabilizar no período de 1980 a 1991 (32.731.347 e 32.768.578, respectivamente), sempre entre as pessoas de 5 anos ou mais. Porém, se consideradas as pessoas de 15 anos e mais, o período de 1980 a 1991 registrou um aumento de mais de 500 mil analfabetos, conforme se viu acima.

Gráfico 3



Fonte: Tabela 1.

Elaboração: Alceu R. Ferraro

Para o que aqui interessa, importa destacar a situação historicamente privilegiada do Estado do Rio Grande do Sul no contexto brasileiro, seja sob o aspecto do declínio das taxas seja da diminuição do número absoluto de analfabetos. Repito que o uso desse indicador para as pessoas de 5 anos

ou mais se justifica pelo fato de ser o único possível para análises de tendência secular do analfabetismo no caso do Brasil.

Seu inconveniente é produzir uma super-estimativa do analfabetismo, dando como analfabetas crianças de 5 a 7 anos ainda não alfabetizadas. No entanto, analisada a tendência, pode-se facilmente estabelecer a “justa medida”, considerando para o ano de 1991 somente a população de 10 anos ou mais, ou melhor ainda, a de 8 anos ou mais. O censo de 1991 acusou, para o Estado do Rio Grande do Sul, nada menos de que 673.000 analfabetos, o equivalente a 9,3%, entre as pessoas de 10 anos ou mais, aos quais, segundo reivindicamos aqui, deveriam somar-se mais 44.000 crianças no grupo de 8 a 9 anos de idade que se declararam incapazes de ler e escrever um bilhete simples. Isto dá a justa dimensão da situação “privilegiada” do Rio Grande do Sul: algo como 717.000 analfabetos segundo o critério censitário entre as pessoas de 8 anos ou mais.

As tabelas 2 e 3 permitem uma visão comparativa da situação e evolução recente do número de analfabetos nos diferentes grupos de idade, respectivamente para o Brasil e o Estado do Rio Grande do Sul. No período 1970/80, o Brasil acusava um aumento do número absoluto de analfabetos nas duas pontas da escala de idade da população. Em decorrência do aumento da população e do pequeno avanço da alfabetização nos grupos mais jovens nas décadas anteriores, o contingente de analfabetos cresceu em todos os grupos de idade a partir dos 40 anos, situação esta que permaneceu inalterada na década de 1980/91. Na outra ponta, no período 1970/80 o número de analfabetos aumentou igualmente em todos os grupos abaixo dos 15 anos de idade. Somente no período 1980/91 o país conseguiu diminuir o número de analfabetos nos grupos de menos de 15 anos de idade (dos 8 ao 14 anos).

Quanto ao Estado do Rio Grande do Sul, já no período 1970/80 o número de analfabetos acusava significativa diminuição em todos os grupos de idade desde os 7 até os 54 anos, situação esta que teve continuidade na década seguinte. Em ambas as décadas tal aumento ficou restrito, no Estado, aos grupos de idade de 55 anos ou mais. As conseqüências desses dois perfis de evolução do contingente de analfabetos nos diferentes grupos de idade poderão ser melhor avaliadas a partir da tabela 4 e do gráfico 4, logo a seguir.

Tabela 2

Evolução do número de analfabetos no Brasil entre as pessoas de 5 anos ou mais, nos períodos 1970/80 e 1980/91, segundo os grupos de idade.

Grupos de Idade	1970	1980	1991	1970/80	1980/91
7 anos	1.837.762	2.065.604	1.924.067	(+) 227.842	(+) 141.537
8 anos	1.368.585	1.536.774	1.407.450	(+) 168.189	(-) 129.324
9 anos	1.003.755	1.152.396	1.070.926	(+) 148.641	(-) 81.470
10 anos	998.082	1.049.585	861.609	(+) 51.503	(-) 187.976
11 anos	684.331	785.378	698.683	(+) 101.047	(-) 86.685
12 anos	713.265	719.898	567.918	(+) 6.633	(-) 151.980
13 anos	559.392	582.141	475.314	(+) 22.749	(-) 106.827
14 anos	536.866	539.446	418.795	(+) 2.580	(-) 120.651
15 anos	547.499	516.141	399.173	(-) 31.358	(-) 116.968
16 anos	510.581	487.607	386.322	(-) 22.974	(-) 101.285
17 anos	471.970	441.737	360.987	(-) 30.233	(-) 80.750
18 anos	536.120	425.190	351.951	(-) 110.930	(-) 73.239
19 anos	420.854	364.695	311.803	(-) 56.159	(-) 53.051
20 a 24 anos	2.199.723	1.799.071	1.652.047	(-) 400.652	(-) 147.024
25 a 29 anos	1.947.390	1.699.039	1.604.599	(-) 248.351	(-) 94.440
30 a 34 anos	1.772.124	1.683.251	1.544.418	(-) 88.873	(-) 138.833
35 a 39 anos	1.763.552	1.685.783	1.603.617	(-) 77.769	(-) 82.166
40 a 44 anos	1.682.965	1.694.856	1.710.705	(+) 11.891	(+) 15.849
45 a 49 anos	1.431.446	1.498.207	1.607.419	(+) 66.761	(+) 109.212
50 a 54 anos	1.310.994	1.453.185	1.543.669	(+) 142.191	(+) 90.484
55 a 59 anos	1.045.336	1.245.951	1.414.145	(+) 200.615	(+) 168.194
60 a 64 anos	900.760	1.089.299	1.355.242	(+) 188.539	(+) 265.943
65 a 69 anos	614.809	1.024.476	1.193.591	(+) 409.667	(+) 169.115
70 e + anos	943.667	1.540.498	2.193.551	(+) 596.831	(+) 653.053

Fontes: IBGE, Censo demográfico - 1970, 1980 e 1991.

Elaboração: Alceu R. Ferraro

Tabela 3

Evolução do número de analfabetos no Estado do Rio Grande do Sul entre as pessoas de 5 anos ou mais, nos períodos de 1970/80 e 1980/91, segundo os grupos de idade.

Grupos de idade	1970	1980	1991	1970/80	1980/91
7 anos	86.538	74.144	65.100	(-) 12.394	(-) 9.044
8 anos	48.666	41.494	28.664	(-) 7.172	(-) 12.830
9 anos	29.830	24.161	15.428	(-) 5.669	(-) 8.733
10 anos	22.213	16.979	9.609	(-) 5.234	(-) 7.370
11 anos	15.371	11.599	6.925	(-) 3.772	(-) 4.674
12 anos	13.549	9.945	5.639	(-) 3.604	(-) 4.306
13 anos	11.897	8.350	5.166	(-) 3.547	(-) 3.184
14 anos	12.687	8.503	4.956	(-) 4.184	(-) 3.547
15 anos	14.471	9.012	5.420	(-) 5.459	(-) 3.592
16 anos	14.770	9.478	5.577	(-) 5.292	(-) 3.901
17 anos	15.028	8.685	5.460	(-) 6.343	(-) 3.225
18 anos	15.634	8.050	5.245	(-) 7.584	(-) 2.805
19 anos	13.935	7.383	5.033	(-) 6.552	(-) 2.350
20 a 24 anos	76.377	43.479	30.428	(-) 32.898	(-) 13.051
25 a 29 anos	73.541	50.808	33.500	(-) 22.733	(-) 17.308
30 a 34 anos	76.548	55.208	38.094	(-) 21.340	(-) 17.114
35 a 39 anos	80.393	60.123	48.361	(-) 20.270	(-) 11.762
40 a 44 anos	77.339	67.423	56.622	(-) 9.717	(-) 10.801
45 a 49 anos	72.500	66.235	57.852	(-) 6.265	(-) 8.383
50 a 54 anos	68.412	66.585	62.463	(-) 1.827	(-) 4.122
55 a 59 anos	59.963	62.143	64.328	(+) 2.180	(+) 2.185
60 a 64 anos	48.248	56.906	63.663	(+) 8.658	(+) 6.757
65 a 69 anos	37.587	52.780	55.225	(+) 15.193	(+) 2.445
70 e + anos	57.117	81.676	109.295	(+) 24.559	(+) 27.619
Idade ignorada	1.023	3.492		(+) 2.469	

Fontes: IBGE, Censo Demográfico - 1970, 1980 e 1991

Elaboração: Alceu R. Ferraro

3.4 Taxas de analfabetismo segundo a idade

As comparações entre países e regiões costumam restringir-se à simples identificação e medida das desigualdades de nível ou de patamar

Tabela 4

Taxas de analfabetismo entre as pessoas de 10 anos ou mais, no Brasil, na Argentina e nos estados do Rio Grande do Sul e Alagoas, em 1980 e 1990/91, por grupos de idade.

Grupos de idade	BR	BR	AR	AR	RS	RS	AL	AL
	1980	1991	1980	1990	1980	1991	1980	1991
10 a 14	25,8	17,7	3,2	1,8	6,6	3,6	57,0	46,9
15 a 19	16,5	12,1	3,0	1,6	4,8	3,3	43,6	34,5
20 a 24	15,6	12,2	3,2	1,9	5,5	3,9	42,9	35,7
25 a 29	18,0	12,7	3,9	2,3	7,6	4,1	47,1	37,4
30 a 34	21,9	14,0	4,7	2,8	10,0	5,0	51,9	39,5
35 a 39	26,5	16,9	4,6	3,4	13,1	7,2	56,4	44,9
40 a 44	29,6	21,8	5,6	4,0	16,4	10,0	58,5	51,5
45 a 49	32,2	26,2	5,9	4,5	18,7	12,9	60,7	56,1
50 a 54	35,4	29,9	6,6	4,9	21,3	16,5	63,1	58,9
55 a 59	39,7	33,3	7,7	5,2	25,5	19,8	66,6	61,9
60 a 64	44,5	37,3	9,3	5,8	29,2	22,0	71,1	66,0
65 ou +	53,8	47,8	13,6	8,5	37,2	30,8	78,5	76,6

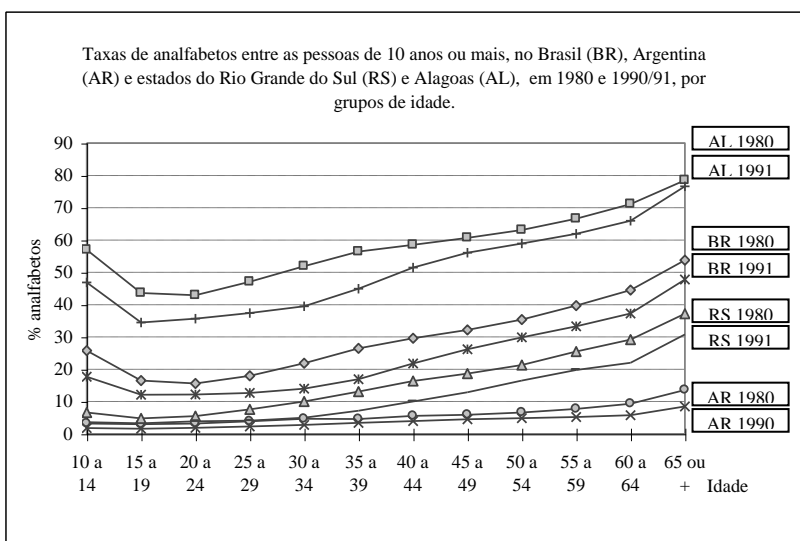
Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1980 e 1991; ARGENTINA, INDEC, Censo Nacional de Población Y Vivienda 1980; INDEC, Anuário Estadístico... 1994.

Elaboração: Alceu Ferraro.

dos índices de analfabetismo. O exame atento do gráfico 4, construído com base nos dados da tabela 4, que apresenta as taxas de analfabetismo do Brasil, Argentina, Rio Grande do sul e Alagoas, por grupos de idade, para os anos de 1980 e 1990/1991, permite uma série de observações. Antes de qualquer outra coisa, saltam aos olhos, para todos os grupos de idade, as desigualdades de nível entre as taxas de analfabetismo, na seguinte ordem decrescente: AL 1980, AL 1991, BR 1980, BR 1991, RS 1980, RS 1991, coincidindo nos grupos de idade mais jovens com AR 1980, e finalmente AR 1990. Se tomarmos apenas os grupos de idade mais jovens, podemos dizer que o Rio Grande do Sul está uma década atrás da Argentina (RS 1991 = AR 1980) e algo como duas ou três décadas à frente do Brasil e imensamente mais distanciado em relação ao Estado de Alagoas. Postas as

coisas desta maneira, tudo se reduziria a uma questão de tempo. O problema, porém, é mais complexo. Importa fixar a atenção no grupo de idade de 10 a 14 anos e confrontá-lo com os grupos de idade seguintes. Aparecem aí dois modelos nitidamente distintos. De um lado, temos Brasil e Alagoas, tanto em 1980 como em 1991, com níveis de analfabetismo bem mais elevados no grupo de 10 a 14 anos, do que nos grupos de 15 a 19 até 30 a 34 anos, o que é indicador da incapacidade do sistema educacional de realizar até mesmo o objetivo de alfabetização segundo o critério mais elementar, de “ler e escrever um bilhete simples”. São crianças e adolescentes que anualmente vão alimentar as fileiras da população-alvo da alfabetização de adultos (a partir dos 15 anos). Do outro lado, temos a Argentina 1980 e 1990 e Rio Grande do Sul 1991, que apresentam no grupo de idade de 10 a 14 anos índices de analfabetismo tão baixos como os verificados nos grupos seguintes de idade, o que é indicador de maior eficiência dos respectivos sistemas de ensino.

Gráfico 4



Fonte: Tabela 4

Elaboração: Alceu R. Ferraro

Mas, porque insistir em tais análises, se o critério censitário “ler e escrever um bilhete simples” representa *apenas a porta de entrada* para o mundo da alfabetização? Primeiro, porque esse critério sinaliza a *única*

porta de entrada no mundo da alfabetização. Segundo, porque, se é verdade que a alfabetização assim definida não vai além da realização do *mínimo dos mínimos*, também não é menos verdade que ela já significa a libertação do *estigma* do analfabetismo. Em termos de política de alfabetização, diria que, junto com o esforço para recuperar o tempo perdido particularmente para os jovens e adultos a partir dos 15 anos, é necessário um empenho todo particular para universalizar esse mínimo dos mínimos já antes dos 15 anos, ou melhor, já no início do processo de escolarização. É o que se aprofundará a seguir.

3.5 Analfabetismo infantil

Acabei de chamar a atenção para o problema do analfabetismo no grupo idade de 10 a 14 anos. O UNICEF e o IBGE, no estudo recente *Crianças e adolescentes: Indicadores sociais* (1994), já haviam focalizado esse mesmo grupo de idade, ao divulgar as taxas de analfabetismo entre a população de 11 a 14 anos para cada um dos municípios do brasileiros. A ordenação dos índices assim calculados permitiu identificar, dentro do Rio Grande do Sul, cinco municípios com índice zero de analfabetismo (Guabiju, Montauri, Poço das Antas, Victor Graeff e Vila Flores), figurando no extremo oposto o Município de Amaral Ferrador, com 11,8% (Ferraro, 1995a, Anexo, p. 29-34). Agora, tendo Brasil e Alagoas como referências para efeito de comparação e considerando as crianças e adolescentes desde os 5 até os 14 anos, para os quais o censo dá informações desagregadas ano a ano, vou focalizar diferentes situações dentro do Estado do Rio Grande do Sul. Como não seria correto denominar *analfabeta* uma criança de 5 anos que ainda não saiba ler e escrever, vou mudar a perspectiva de análise do analfabetismo para a alfabetização. Afinal, não se pode ignorar o fato de que, no Rio Grande do Sul, no censo de 1991, declaram-se capazes de “ler e escrever um bilhete simples” uma em cada 20 crianças de 5 anos (4,8%) e uma em cada 5 crianças de 6 anos de idade (21,9%). Dos cinco municípios de analfabetismo zero entre as pessoas de 11 a 14 anos acima referidos, mantive aqueles que revelavam 100% de alfabetização já aos 8 anos (Montauri e Poço das Antas) ou aos 9 anos (Vila Flores), além de Amaral Ferrador no extremo oposto. Como situação intermediária, incluí o município de Pelotas que acompanha os índices do Estado. A tabela 5 e o gráfico 5 permitem uma série de observações interessantes.

1. Semelhantemente à desigualdade encontrada entre as situações extremas dentro do Brasil em termos de índices de alfabetização (RS X AL), verifica-se no interior do Estado do rio Grande do Sul, desde os 5 anos, mas particularmente desde os 6 até os 14 anos de idade, desigualdade acentuada

entre as situações municipais extremas (Montauri, Poço das Antas, Vila Flores X Amaral Ferrador), apenas em patamar mais elevado.

2. Os índices de alfabetização de Amaral Ferrador, os mais baixos do Estado, praticamente coincidem com os índices do Brasil como um todo, ao passo que Pelotas reproduz com pequeníssimas variações os índices do Estado do Rio Grande do Sul.

Tabela 5

Taxas de alfabetização entre as pessoas de 5 a 14 anos, no Brasil, nos estados do Rio Grande do Sul e Alagoas e em 5 municípios gaúchos selecionados, segundo a idade - 1991.

Idade	Brasil	RS	AL	Montauri	P. Antas	Vila Flores	A. Ferrador	Pelotas
5	5,0	4,8	3,0	9,7	10,0	8,9	4,5	6,2
6	16,8	21,9	8,6	55,9	52,0	53,8	16,0	25,5
7	43,3	65,1	16,5	91,3	86,7	90,0	45,7	67,4
8	60,4	85,3	24,8	100,0	100,0	96,1	59,7	86,7
9	70,4	92,3	33,8	100,0	100,0	100,0	78,9	93,6
10	76,1	95,1	41,3	100,0	100,0	97,8	75,0	95,3
11	80,4	96,4	48,9	100,0	100,0	100,0	85,8	97,0
12	83,3	96,9	54,2	100,0	100,0	100,0	85,0	97,1
13	85,5	97,0	59,1	100,0	100,0	100,0	88,3	97,3
14	86,9	97,1	62,9	100,0	100,0	100,0	93,2	97,2

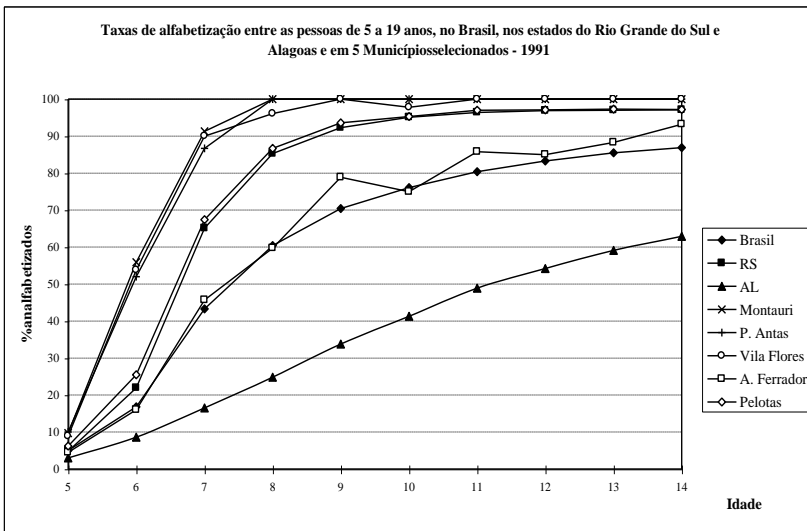
Fonte: IBGE, Censo demográfico, 1991.

Elaboração: Alceu Ferraro

3. Se considerarmos apenas os primeiros passos no processo de alfabetização (5 a 8 ou 5 a 10 anos), vamos nos deparar com o seguinte panorama: uma arrancada precoce e muito acelerada, que se traduz numa reta quase perpendicular, que parte de uma taxa de alfabetização de cerca de 10% aos 5 anos, atinge cerca de 90% aos 7 anos e fecha 100% aos 8 anos (Montauri e Poço das Antas) ou aos 9 anos (Vila Flores), contrastando com uma largada extremamente vagarosa do Estado de Alagoas, o qual, partindo de apenas 3% de alfabetização aos 5 anos, mal atinge os 25% aos 8 anos. Brasil e Amaral Ferrador de um lado, e Rio grande do Sul e Pelotas de outro, representam situações intermediárias, mas distintas, entre os dois extremos. Obviamente, se fossemos fazer um estudo comparativo dos municípios alagoanos, encontraríamos que os níveis de alfabetização do município menos alfabetizado ficaria bem abaixo dos índices médios do Estado de Alagoas constantes na tabela 5 e no gráfico 5.

4. O gráfico deixa claro que o que faz a diferença entre as situações examinadas é a *largada* no processo de alfabetização, desde que se entenda por tal não só a idade com que se inicia o processo, mas também a velocidade com que se realiza o objetivo da alfabetização segundo a definição censitária. Não se trata de advogar a alfabetização precoce. Mas não se pode ignorar o fato de que as taxas de alfabetização, elevadas pelos municípios de Montauri, Poço das Antas e Vila Flores para níveis superiores a 50% já entre as crianças de 6 anos de idade, contrastam de forma gritante com os índices intermediários, que variam de 16% a 25%, e particularmente com o índice extremo de apenas 8,6% em Alagoas.

Gráfico 5



Fonte: Tabela 5

Elaboração: Alceu Ferraro

5. Pode-se dizer que aos 7 anos de idade as desigualdades já estão consolidadas. Isto pode ser aquilatado de duas maneiras complementares: pela amplitude entre os valores extremos, e pela distância entre os diferentes patamares em que se agrupam os índices de alfabetização entre as crianças de 7 anos. Primeiro, a amplitude entre o índice mínimo e o índice máximo de alfabetização aos 7 anos de idade varia de 16,5% em Alagoas a cerca de 90% (5,5 vezes mais) nos municípios de Montauri, Poço das Antas e Vila Flores. Segundo, mesmo incluindo-se os pontos intermediários, as

diferenças permanecem acentuadas, com quatro patamares distintos: Alagoas, com 16,5%; Brasil e Amaral Ferrador, com cerca de 45%; Rio Grande do Sul e Pelotas com 65 a 67% e os referidos três municípios com cerca de 90% de alfabetizados já aos 7 anos. Trata-se obviamente de distâncias ou desigualdades extremamente grandes. Isto aponta para a questão da escolarização ou da exclusão na escola, a ser tratada em outro texto.

4. Níveis de analfabetismo segundo diferentes critérios

Finalmente chegamos ao ponto em que é possível tratar do analfabetismo de ponta a ponta em termos de idade e segundo os dois critérios acima definidos.

Se o critério censitário “ler e escrever pelo menos um bilhete simples” representa apenas a realização do *mínimo dos mínimos* (nível *MM*), ou seja, apenas a entrada pela porta que dá acesso ao mundo da alfabetização, o critério “4 anos de estudo” (4^a. série concluída com aprovação) nos daria o *mínimo operatório* (*MO*), conforme defini no projeto de pesquisa para 1997/99⁵. Esse mínimo operatório refere-se ao nível de alfabetização com domínio mínimo da leitura, escrita, cálculo e ciências, que permite à pessoa valer-se no dia-a-dia de tais conhecimentos e técnicas e a partir do qual se tornaria improvável o retorno ao analfabetismo. Esse nível coincidiria com o antigo primário. Conforme se referiu acima, em estudo sobre o analfabetismo na Argentina Sílvia Llomovate (1989, p. 9) sugere que esse ponto estaria em 4 ou 5 anos de estudo. De minha parte, venho de longa data utilizando e sugerindo, para tal fim, o uso do critério 4 anos de estudo ou 4^a. série concluída (Ferraro, 1985, 1987, 1991, ...). Uma alternativa seria dar a esse nível a denominação de alfabetização funcional, como o fazem Carvalho, Kappel e Alves, em estudo recente publicado pelo IBGE (In: IBGE, 1995, 284). Poder-se-ia então falar em mínimo funcional (*MF*). No entanto, haveria que atentar para os problemas, principalmente de ordem ideológica, relacionados com o conceito de alfabetização funcional da UNESCO. Por ora direi que, enquanto o primeiro nível - *MM* (ler e escrever pelo menos um bilhete simples) significa livrar-se do estigma do analfabetismo, o nível operacional - *MO* (pelo menos 4 anos de estudo) atesta o desenvolvimento de condições mínimas de operação. Por isso, para evitar os problemas aludidos, relacionados com o conceito de alfabetização funcional, optei por chama-lo de mínimo operatório. Com ingresso na escola

⁵ Ferraro, Alceu R. Alfabetização e escolarização de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos no Brasil. Projeto de pesquisa 1997/99 / CNPq, p. 7.

aos 7 anos, aos 11 anos esse segundo nível pode (deveria!) ser dado como já alcançado.

Tabela 6

Analfabetismo segundo os critérios "incapacidade de ler e escrever um bilhete simples" e "menos de 4 anos de estudo", por grupos de idade. Rio Grande do Sul - 1991.

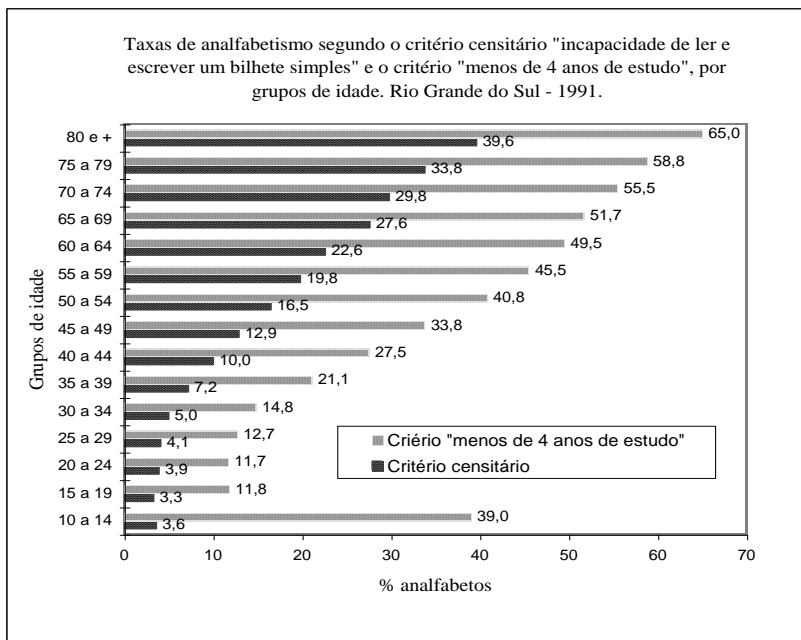
Grupos de idade	Critérios de analfabetismo					
	Incapacidade de ler e escrever um bilhete simples			Menos de 4 anos de estudo		
	Total	Analfabetos	%	Total	Analfabetos	%
Total 8 anos e +	7.692.511	722.973	9,4			
Total 10 anos e +	7.297.932	678.881	9,3	7.297.932	1.986.542	27,2
Total 15 anos e +	6.391.521	646.586	10,1	6.391.521	1.592.309	24,9
8 anos	195.485	28.664	14,7	195.485		
9 anos	199.094	15.428	7,7	199.094		
10 anos	195.059	9.609	4,9	195.059		
11 anos	189.710	6.925	3,7	189.710		
12 anos	179.522	5.639	3,1	179.522		
13 anos	173.731	5.166	3,0	173.731		
14 anos	168.389	4.956	2,9	168.389		
15 anos	165.577	5.420	3,3	165.577		
16 anos	161.701	5.577	3,4	161.701		
17 anos	160.258	5.460	3,4	160.258		
18 anos	160.139	5.245	3,3	160.139		
19 anos	156.047	5.033	3,2	156.047		
10-14 anos	906.411	32.295	3,6	906.411	394.233	39,0
15-19 anos	803.722	26.735	3,3	803.722	95.144	11,8
20-24 anos	789.353	30.428	3,9	789.353	92.121	11,7
25-29 anos	825.458	33.500	4,1	825.458	104.653	12,7
30-34 anos	764.695	38.094	5,0	764.695	113.225	14,8
35-39 anos	672.799	48.381	7,2	672.799	142.164	21,1
40-44 anos	568.140	56.622	10,0	568.140	156.359	27,5
45-49 anos	448.121	57.852	12,9	448.121	152.330	33,8
50-54 anos	378.391	62.463	16,5	378.391	154.710	40,8
55-59 anos	325.540	64.328	19,8	325.540	147.633	45,5
60-64 anos	281.809	63.663	22,6	281.809	136.155	48,5
65-69 anos	206.617	55.225	27,6	206.617	107.900	51,7
70-74 anos	146.994	43.751	29,8	146.994	82.112	55,5
75-79 anos	97.202	32.836	33,8	97.202	55.822	58,8
80 anos e +	82.680	32.708	39,6	82.680	52.081	65,0

Fonte: IBGE. Censo demográfico 1991 - RS

Elaboração: Alceu Ferraro

Retornando à perspectiva do analfabetismo, os dois critérios passam a ser definidos como "incapacidade de ler e escrever um bilhete simples" e "menos de 4 anos de estudo". A tabela 6 e o gráfico 6 nos permitem constatar o resultado da aplicação desses dois critérios de analfabetismo.

Gráfico 6



Fonte: Tabela 6

Elaboração: Alceu R. Ferraro

1. Se considerarmos a população de 10 anos ou mais do Estado do Rio Grande do Sul, o uso do critério do mínimo operacional (menos de 4 anos de estudo) produz um índice de analfabetismo quase três vezes maior do que o resultante da aplicação do critério censitário ou do mínimo dos mínimos (incapacidade de ler e escrever um bilhete simples) (27,2% e 9,3%, respectivamente). Mesmo para a população de 15 anos ou mais, que teve pelo menos 8 anos de tempo (dos 7 aos 14 anos) para ultrapassar a 4^a série, essa relação ainda é quase 2,5 vezes maior (24,9% e 10,1%, respectivamente) (Tabela 6).

2. Como se pode ver na tabela 6 e no gráfico 6, em todos os grupos de idade, desde os 10 a 14 anos, as taxas de analfabetismo resultantes da aplicação do critério "menos de 4 anos de estudo" (MO) são sempre e acentuadamente mais elevadas do que as produzidas pelo uso do critério "incapacidade de ler e escrever um bilhete simples" (MM). No entanto, essa diferença é mais acentuada nos grupos mais jovens, reduzindo-se

progressivamente à medida que a idade aumenta. Com efeito, a relação entre os índices resultantes da aplicação respectivamente dos critérios MO e MM é de 3,6 vezes no grupo de 15 a 19 anos (11,8%, contra 3,3%); 2,9 vezes no grupo de 35 a 39 anos (21,1%, contra 7,2%); 2,5 vezes no grupo de 50 a 54 anos (40,8%, contra 16,5%) e 1,7 vezes no grupo de 75 a 79 anos (58,8%, contra 33,8%). O que surpreende e assusta é o fato de, no grupo de 10 a 14 anos, o índice resultante do critério MO ser quase 11 vezes maior do que o produzido pelo critério MM (39,0%, contra 3,6%). É verdade que, segundo o padrão esperado (7 anos - 1^a. série; 8 anos - 2^a. série; 9 anos - 3^a. série), as crianças de 10 anos não teriam tido tempo de concluir a 4^a. série de 1^o. grau. Mesmo assim, para todo o grupo de 10 a 14 anos um índice da ordem de 39% de crianças e adolescentes que ainda não concluíram a 4^a. série e que, por isso, contariam como ainda analfabetos ou insuficientemente alfabetizados é surpreendentemente alto e alerta para a cautela que se deve ter com as análises do problema do analfabetismo apoiadas apenas no critério censitário (MM). Mesmo aos 15 a 19 anos, o índice MO é 3,5 vezes maior que o índice MM, o que obviamente aponta para duas dimensões do problema da escolarização: a não-escolarização (exclusão da escola) e a lentidão do processo de escolarização (exclusão na escola).

3. Outra maneira de analisar o problema consiste em comparar, não as taxas de analfabetismo, mas os números absolutos de analfabetos resultantes da aplicação dos dois critérios. Como se pode ver na tabela 6, entre as pessoas de 15 anos ou mais, das quais com sobeja razão se pode esperar pelo menos a conclusão da 4^a. série de 1^o. grau, o número de analfabetos segundo o critério MM (incapacidade de ler e escrever um bilhete simples) é da ordem de 646.586. Se utilizado o critério MO (menos de 4 anos de estudo), esse número salta para nada menos do que 1.592.309. Isto significa que o fato de o Estado do Rio Grande do Sul se estar aproximando da alfabetização universal enquanto definida pelo critério MM (ler e escrever pelo menos um bilhete simples), está longe de sinalizar a universalização da alfabetização segundo o critério MO (pelo menos 4 anos de estudo).

4. Este último aspecto fica mais evidente se concentrarmos a atenção nos grupos de idade mais jovens, a partir dos 15 anos. Segundo o critério censitário, os grupos de 15 a 19, 20 a 24 e 25 a 29 anos acusam respectivamente 26.735, 30.428 e 33.500 analfabetos no Estado do Rio Grande do Sul em 1991, perfazendo os três grupos etários um total de 90.663 analfabetos segundo esse mesmo critério. Porém, se aplicado o critério “menos de 4 anos de estudo”, esses números se elevam mais de três vezes, passando respectivamente para 95.144, 92.121 e 104.653, perfazendo

um total de 291.918 pessoas analfabetas ou insuficientemente alfabetizadas, somente nos grupos de idade de 15 a 29 anos.

5. Conclusão

A análise comparativa acima desenvolvida encaminha para o estudo da escolarização, que é objeto de outro texto intitulado “Diagnóstico da escolarização no Rio Grande do Sul”, parte essencial do Projeto de pesquisa, assim como a questão da alfabetização ou do analfabetismo aqui abordada.

A título de conclusão, sintetizo aqui os aspectos mais importantes que emergiram da análise desenvolvida no presente texto.

Primeiramente, no estudo do analfabetismo/alfabetização, qualquer que seja a população enfocada - crianças e adolescentes ou jovens e adultos - é importante considerá-la no confronto com os demais grupos de idade, da infância à velhice, de sorte a se ter uma visão do fenômeno do analfabetismo de *ponta a ponta* em termos de idade.

Em segundo lugar, por maiores que sejam suas limitações, não se deve abandonar o critério censitário de alfabetização/analfabetismo. Deve-se, sim, complementá-lo com outro(s) critério(s). Livrar uma pessoa do estigma do analfabetismo tem um significado social e político que não pode ser menosprezado. Mesmo que ainda não seja a *entrada*, certamente já representa a *porta aberta* para o mundo das letras.

Em terceiro lugar, o fenômeno da alfabetização/analfabetismo deve ser analisado em estreita relação com a escolarização ou a falta dela. A alfabetização de jovens e adultos não pode vir dissociada da pós-alfabetização e da escolarização propriamente dita, o que não significa a reprodução pura simples do modelo de escola infantil.

Em quarto lugar, o discurso e a prática de desobrigação do Estado em relação à alfabetização e escolarização de jovens e adultos exige especial atenção na nossa maneira, teórica e prática, de focar o problema. Na 20ª Reunião Anual da ANPEd, em Caxambu, em setembro último, foi proposta a criação de um Grupo de Estudos justamente para se ocupar da problemática relacionada com a educação de jovens e adultos.

Finalmente, as mudanças introduzidas na Constituição, através das emendas já operadas e das em tramitação no Congresso, devem merecer exame atento no que se refere ao direito à educação em geral e ao direito de jovens e adultos em particular.

Referências Bibliográficas

- ARGENTINA. INDEC. *Censo Nacional de Población y Vivienda 1980*. Série D - Población. Quadro E.1, p.11.
 _____. _____. *Anuário Estadístico - 1994*.
- BEISIEGEL, Celso de Rui. Considerações sobre a política da União para a educação de jovens e adultos analfabetos. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, Nº 4, p. 26-34, Jan-Abr. 1997.
- BRASIL. Constituição do Brasil. *Zero Hora*, Porto Alegre, 5/10/1988.
 _____. *Constituição da República Federativa do Brasil*. (Promulgada em 5 de outubro de 1988). 17. Ed. , atual. e ampl., incluindo as emendas 1 a 16. São Paulo: Saraiva, 1997. (Coleção Saraiva de Legislação).
 _____. Lei nº 9.394, de 20/12/96. In: BRZEZINSKI, Iria. *LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam*. São Paulo: Cortez, 1977, p. 208-228.
- CAMPOBASSI, Carlos Alberto. *El analfabetismo en la República de Argentina*. Série Estudios y Documentos nº. 13. Ministério de Educación y Justicia. Centro Nacional de Documentación y Información Educativa. (S. l. e s. d.). 71p.
- CARVALHO, José Carmelo Braz de; KAPPEL, Maria Dolores Bombardelli; ALVES, Maria Isabel Coelho. Condições educacionais. In: IBGE. *Indicadores sociais: Uma análise da década de 1980*. Rio de Janeiro: IBGE, 1995, p. 83-295.
- CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Laboratório de estatística. *Contribuição para o estudo da demografia no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1961. 458 p. Parte G - Alfabetização, p. 387-448.
- DISCURSO do Presidente. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 12 set. 1990.
- FANFANI, Amintore. *Storia economica: Dalla crisi dell'Impero Romano as principio del secolo XVIII*. 4. ed. Milano - Messina: Giuseppe Principato, 1956.
- FERRARO, Alceu R. Analfabetismo no Brasil: tendência secular e avanços recentes. Resultados preliminares. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 52, p.35-49, fev. 1985.
 _____. Escola e produção do analfabetismo. Porto Alegre, *Educação e Realidade*, v. 12, n. 2, p. 81-96, jul.-dez. 1987.
 _____. Analfabetismo e ensino fundamental: situação atual, tendência histórica e perspectiva para os anos 90. *Seminário Internacional de Alfabetização e Educação*, 1990, Frederico Westphalen. *Anais...* Frederico Westphalen: FURI, 1990, p. 31-51.

- _____. Analfabetismo no Rio Grande do Sul: sua produção e distribuição. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.16, nº 1, jan./jun. 1991, p. 3-30.
- _____. Jovens e adultos analfabetos no Rio Grande do Sul. *II Seminário de Educação Fundamental de Jovens e Adultos*, Porto Alegre, 4 a 5 de novembro de 1993, 8p (Inédito).
- _____. Subsídios dos censos e das PNADs para diagnóstico da alfabetização e escolarização das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade no Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 20 de abril de 1995a. 21 páginas de texto, mais 34 páginas de anexos, para o Projeto **O Direito é aprender**.
- _____. Subsídios dos censos e das PNADs para diagnóstico da alfabetização e escolarização das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade no Estado do Rio Grande do Sul. *Seminário Estadual - Projeto O Direito é Aprender*, Porto Alegre, 27 de novembro de 1995b, *Caderno de Textos*, p. 17-27. 2ª edição em 1996.
- _____. Alfabetização e escolarização de crianças e adolescentes no rio Grande do Sul. *Cadernos de Educação*, Pelotas, v. 5, nº 6, p. 21-40, jun. 1996.
- _____. *Diagnóstico da alfabetização e escolarização no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: abril de 1997. Relatório CNPq, 61p.
- _____. Alfabetização e escolarização de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos no Brasil. Projeto de pesquisa 1997-99/ CNPq. Porto Alegre: 1996.
- FREIRE, Paulo. *The politics of education*. Massachussets: Bergin & Carvey, 1985.
- HADDAD, Sérgio. A educação de pessoas jovens e adultas e a nova LDB. In: BRZEZINSKI, Iria. *LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam*. São Paulo: Cortez, 1977, p. 106-122.
- IBGE. *Censo demográfico - 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991*.
- _____. *Crianças e adolescentes: Indicadores sociais*. Rio de Janeiro: 1994.
- _____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 1995*.
- _____. *Indicadores sociais: Uma análise da década de 1980*. Rio de Janeiro: IBGE, 1995.
- _____. *Pesquisa Nacional por amostra de domicílios - PNAD. Síntese de indicadores 1995*. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.
- INDEC. *Censo Nacional de Población y Vivienda 1980*. Série D - Población. Quadro E.1, p.11.
- LLOMOVATE, Silvia. *Analfabetismo y analfabetos en Argentina*. Buenos Aires: Mino y Davila, 1989. Cuadernos FLACSO.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã (Feuerbach)*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

- PIRENNE, Henry. *Histoire économique de l'Occident Médiéval*. Bruges: Desclée de Brouwer, 1951.
- PÓLTURZYCKI, Jósef. Être alphabétisé et le rester: l'expérience polonaise. *Perspectives*, Paris, v. XVII, n°. 2, p. 287-295, 1987.
- TORRES, Rosa Maria. Analfabetismo y alfabetización en América Latina y el Caribe: entre la inercia y la ruptura. *Perspectivas*, Paris, v. XX, n°. 4, p. 511-518, 1990.
- UNESCO. *L'analphabétisme dans divers pays. Étude statistique préliminaire sur la base des recensements effectuées depuis 1900*. Paris: UNESCO, 1953.